

1 Aos três dias do mês de outubro de 2022, às 9h00, reuniram-se ordinariamente os
2 conselheiros da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle – CTPC, do Comitê da
3 Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de videoconferência,
4 utilizando-se da plataforma *Google Meet*. **Participaram os seguintes conselheiros:**
5 Leopoldo Curi - Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
6 (ARMBH); Leandro Vaz Pereira - Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas
7 (CORESAB); Humberto Martins Marques – Prefeitura de Belo Horizonte; Heloísa Cristina
8 França Cavallieri – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito (SAAE Itabirito); Lívia
9 Mara de Oliveira Nogueira – VALE S.A; Ronald de Carvalho Guerra - Associação dos
10 Doceiros e Agricultores Familiares de São Bartolomeu (ADAF); Carlos Henrique de Melo –
11 Instituto Guaicuy. **Participaram os seguintes convidados:** Dimas Correa – Equipe de
12 Mobilização e Educação Ambiental do CBH Rio das Velhas/FUNDEP; Paulo Barcala – Equipe
13 de Comunicação do CBH Velhas/Tanto Expresso; Paula Procópio, Ohany Vasconcelos e
14 Jacqueline Evangelista – Agência Peixe Vivo (APV); Juciana Cavalcante; Adalberto Stanley
15 Marques Alves; Alexandre Rodolfo Coelho Soares Filho - Agência de Desenvolvimento da
16 Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH). Ronald Guerra inicia a reunião
17 agradecendo a presença de todos, e coloca em votação a **Ata da reunião do dia 29 de**
18 **agosto 2022** que é aprovada por unanimidade. **Metodologia para elaboração de planos**
19 **diretores municipais – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo**
20 **Horizonte (Agência RMBH);** Leopoldo Curi inicia sua apresentação explanando que desde
21 2016 a Agência RMBH tem dado apoio aos municípios para elaboração de seus planos
22 diretores municipais a partir de um contrato junto à Fundação Instituto de Pesquisas
23 Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD/UFMG). Na ocasião, 11
24 municípios foram atendidos. Agora, a própria Agência tem feito esse trabalho por meio de
25 acordo de cooperação técnica, atendendo mais 6 municípios, totalizando 17 municípios.
26 Assim, metade dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) tem
27 planos diretores elaborados com apoio da Agência, sendo que 3 deles (Mário Campos, Rio
28 Manso e Capim Branco) solicitaram novo apoio para revisão dos estudos, em função de
29 novos interesses e nova gestão. Em seguida foca sua apresentação na metodologia e prática
30 de revisão e a atualização de planos diretores. Aborda a fundamentação teórica do processo
31 em como abordar o planejamento. Reforça que o plano diretor é um instrumento básico da
32 política de desenvolvimento e expansão urbana, e no caso da RMBH tem como base a
33 Constituição Federal, o Estatuto das Cidades, o Estatuto das Metrôpoles, o Plano Diretor de
34 Desenvolvimento Integrado (PDDI/RMBH), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a
35 nova Agenda Urbana 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Explica como se deu
36 a evolução dos planos diretores desde 1998. Esclarece as competências e limitações de um
37 plano. Na sequência, elucida o cronograma padrão para revisão dos planos diretores dos
38 municípios assessorados e a programação das audiências públicas. Destaca que essas
39 ocorriam de forma presencial, mas em função da pandemia do coronavírus foi necessário

40 adotar um modelo virtual. Diz que apesar de ocorrer uma perda de contato entre os
41 participantes, foi possível explorar o meio digital para a melhoria da qualidade da informação
42 técnica. Por fim, uma série de estudos são elaborados, como um relatório situacional da
43 política urbana, diagnóstico técnico territorial, e a caracterização geofísica, culminando com a
44 estruturação territorial preliminar e zoneamento. Ronald agradece a apresentação e pergunta
45 se o Código Florestal deu aos municípios maior poder de decisão em relação às áreas de
46 proteção ambiental (APP), pois percebeu que, a partir das expedições que fez no Rio das
47 Velhas nos anos de 2003, 2009 e 2017, a ocupação das margens do rio tem aumentado, seja
48 com ocupação irregular ou com o depósito de resíduos. Alexandre Soares diz que o código
49 federal pode ser aplicado automaticamente em áreas urbanas. Além disso, muitos municípios
50 possuem competência para além das áreas urbanas, então, de acordo com cada caso,
51 podem propor APPs maiores do que as indicadas na lei federal, levando em consideração os
52 mananciais e a classe do curso d'água. A Agência RMBH têm trabalhado no sentido de
53 conscientizar os gestores sobre a construção de cidades sustentáveis, a Carta Brasileira Para
54 Cidades Inteligentes e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tem tido boa
55 resposta. Alexandre entende que é preciso trabalhar o planejamento e a gestão com mais
56 qualidade, uma vez que a fiscalização não é solução, mas uma ação específica dentro do
57 processo. Leopoldo entende que a diferença na abordagem do sistema é a construção do
58 processo, pois desde o início se trabalha com o arcabouço legal apresentado, levando em
59 consideração a restrição da ocupação, e assim a discussão passa a ser por esse estudo. É
60 preciso entender as dinâmicas do território para saber explorar suas potencialidades.
61 Adalberto recorda-se que as áreas de encosta e margens dos rios eram consideradas como
62 sobras da cidade. Hoje tem se tentado trabalhar formas de compensação financeira, trazendo
63 benefícios para o proprietário e para a cidade, deixando essas áreas mais destacadas, tanto é
64 que o planejamento tem se iniciado elencando as mesmas. Leopoldo complementa, dizendo
65 que essas são áreas para aplicação de políticas públicas classificadas como prioritárias. Por
66 fim, diz que a Agência tem trabalhado um capítulo sobre pagamento por serviços ambientais
67 (PSA) e sugere uma reunião com representantes do município de Itabirito e da Agência Peixe
68 Vivo (APV) para discutir a respeito. Quanto ao PSA de Itabirito, Paula Procópio informa que a
69 lei foi regulamentada e publicada, o cercamento recuperação de APPs em 10 propriedades já
70 foram iniciados, e vão aproveitar o começo do período chuvoso para iniciar o plantio de
71 mudas. A previsão é assinar os contratos junto aos proprietários para iniciar os pagamentos.
72 **Situação dos planos municipais de saneamento básico da bacia do rio das Velhas -**
73 **Debate;** Carlos Henrique de Melo justifica o pedido dessa pauta por ser especialista na área,
74 e tem percebido que muitos planos de saneamento básico (PMSB) não têm se tornado
75 política pública, e o CBH Rio das Velhas alocou investimentos. Então, sugere um roteiro para
76 discussão e encaminhamentos visando conseguir informações dos municípios que foram
77 apoiados pelo Comitê e como abrir diálogos com eles para buscar essas atualizações.
78 Leandro Pereira propõe formalizar parcerias com o Estado para este trabalho. Além disso, se

79 lembra do atraso para a regulação e cobrança sobre resíduos sólidos, cujo prazo findou-se
80 em 2021, e a maioria dos municípios não aceita pois entendem que politicamente não é
81 interessante, apesar de o artigo 29 da lei federal 11445 configurar improbidade administrativa
82 e renúncia de receita. Diz que o Estado está seguindo uma linha de trabalhar com o Ministério
83 Público (MP) para poder orientar e cobrar o município. Assim, entende que o Comitê pode e
84 deve fazer essa interatividade com município, assim como ocorreu na UFMG. Mas sem o
85 Estado, o MP e o Tribunal de Contas a situação não avança. Então fazer parcerias e
86 conversar com municípios a partir dos parceiros existentes deve lograr êxito nessa situação.
87 Ronald diz que em conversa com Carlos chegaram ao entendimento de que é necessário ter
88 uma ideia da situação dos municípios da bacia em relação a seus PMSB. O Comitê investiu
89 em vários planos, contribuindo para universalizar a bacia, mas precisam ser implementados
90 de forma adequada. Imagina que de certa forma o Comitê será pressionado pelos municípios
91 para ter recursos para revisão de seus planos. Então, a ideia é dar *input* para os municípios
92 avançarem, mas não ficar *ad eterno* financiando essa política. Percebe poucos avanços,
93 inclusive em nível nacional, bem como uma ampliação da terceirização de serviços. Assim,
94 solicita à APV um levantamento acerca dos investimentos em projetos e planos de
95 saneamento, e a partir daí pensar em usar parte do recurso da cobrança para um diagnóstico
96 situacional seguindo os procedimentos sugeridos por Carlos. Cita o exemplo do município de
97 Ouro Preto, que foi o primeiro a ter o plano financiado, mas não foi totalmente implementado
98 e já precisa de revisão. Então, a ideia é um mapeamento da bacia elucidando caso a caso
99 como o município se encontra em relação às políticas de saneamento, para que o Comitê
100 possa tomar uma decisão, e fazer com que município tome as medidas necessárias para a
101 implementação e revisão de suas políticas. Leandro concorda, e lembra que a Agência
102 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas
103 Gerais (ARSAE) possui fundo municipal de saneamento básico, para dar apoio aos
104 municípios. Carlos também concorda com o encaminhamento, a ser repassado à Diretoria do
105 Comitê. Jacqueline Evangelista informa que o investimento feito foi na ordem de 6 milhões e
106 200 mil reais em 28 planos. Apresenta um resumo com o valor de cada contrato, lembrando
107 que alguns foram por lote. Também está de acordo com a iniciativa de procurar saber o que
108 os municípios conseguiram aproveitar de seus planos, e sugere inicialmente um seminário
109 com os municípios para que possam ter a oportunidade de se posicionar e ter ciência dos
110 instrumentos que possuem em mãos. Ohany Ferreira informa que existe um levantamento
111 prévio realizado pela Fundep a pedido da Diretoria do Comitê, que pode servir como base e
112 ser atualizado. Os conselheiros solicitam que este seja apresentado na próxima reunião.
113 **Informes gerais** Carlos informa que na bacia do Rio Paraúna foi identificada a existência do
114 peixe pirapitinga, que está ameaçado de extinção, e o Subcomitê da mesma bacia tem
115 procurado meios de conseguir recursos para a preservação deste peixe, e gostaria de poder
116 pautar junto à Câmara Técnica estratégias para isso, inclusive levando em consideração
117 tentativas de construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no rio, e análise dos

118 estudos que estão sendo feitos na bacia por meio do contrato de biomonitoramento. Leandro
119 informa que está havendo mortandade de espécies da flora na bacia do rio Bicudo, e propõe
120 acionar algum órgão do Estado, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
121 (EMBRAPA), o Instituto Estadual de Florestas (IEF) ou a Empresa de Pesquisa Agropecuária
122 de Minas Gerais (EPAMIG) para averiguar o que está acontecendo, pois não se sabe se é
123 uma situação pontual e isolada, ou se seria um caso de grandes proporções e contínuo.
124 Ronald pergunta se existe alguma informação preliminar a respeito, relacionada a herbicidas
125 ou seca extrema, por exemplo. Leandro diz não saber, tendo somente informações empíricas
126 e observação visual, destacando que é um fato novo, que nunca ocorreu antes. É sugerido e
127 aprovado como encaminhamento acionar por meio de ofício à Diretoria do Comitê para que
128 consulte os órgãos responsáveis. Não havendo mais assunto a tratar, a coordenação da
129 CTPC atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima necessária para possibilitar a
130 participação de todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual se lavrou a presente ata.
131 **Encaminhamentos:** sugerir a contratação de estudo para diagnóstico do status dos planos
132 de saneamento básico da bacia; apresentar levantamento realizado pela FUNDEP na próxima
133 reunião; fazer seminário sobre planos de saneamento básico; encaminhar para Diretoria ofício
134 sobre mortandade de espécies da flora na bacia do rio Bicudo.



Ronald Carvalho Guerra
Coordenador da CTPC